



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

1. A ENTIDADE AMAZONPREV

Criada como Serviço Social Autônomo pela Lei Complementar Estadual n.º 30, de 27 de dezembro de 2001 como Unidade gestora Única do Regime Próprio para os servidores do Estado do Amazonas, nos termos Constitucionais e da Lei n.º 9.717/98, que reorganizou os Regimes Próprios do país.

Alterada natureza jurídica para Fundação de Direito Público pela Lei Complementar n.º 93, de 25 de novembro de 2011, ratificada pela Lei Complementar n.º 117, de 20 de maio de 2013.

1.1. OUTRAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

Gestão Previdenciária - Emenda Constitucional n.º 103/2019 que trata da reforma da previdência alterando, dentre outros aspectos, a alíquota previdenciária, que levou o Estado a sancionar a Lei Complementar Estadual n.º 201/2019, adotando para o Fundo Previdenciário - FPREV as alíquotas de 14% para servidores e ente patrocinador. Para o Fundo Financeiro (FFIN), a alíquota patronal passou a ser o dobro da alíquota do servidor, isto é, de 28%; Essa LCE aprovou a transferência de risco do FFIN para o FPREV, contemplando beneficiários com idade igual ou superior a 76 (setenta e seis) anos, na data de 31/12/2019, com previsão na Portaria MF n.º 464/2018.

A Lei Complementar n.º 206/2020 instituiu o FPPM – Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares, atendendo à Lei n.º 13.954/2020 que cria Sistema de Proteção dos Militares segregados do RPPS. Também institui o FTEMP – Fundo Temporário, com a totalidade das contribuições, devidamente atualizadas, dos segurados ativos e inativos Militares, inclusive do Corpo de Bombeiros, dos pensionistas a eles vinculados, e das respectivas contrapartidas patronais, que foram vertidas desde janeiro de 2004 para o FPREV.

Gestão dos recursos previdenciários - Resolução CMN. n.º 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN n.º 4.695/2018 e CMN n.º 4.963/2021 norteiam as políticas de



alocação de recursos previdenciários e níveis de governança traçados no Plano de Aplicações e Investimentos – PAI para o exercício.

Gestão Atuarial - Portaria nº 464/2018-SPREV/ME e as Instruções Normativas nº 01 a 10/2018, dispõem sobre as normas e procedimentos aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS. Os dados da avaliação são de responsabilidade do atuário.

Alterações atuariais no exercício-atualização da tábua de mortalidade da 2018 para IBGE 2019; Redução da taxa de juros de 5,45% para 4,95% ao ano, adotada também no FFIN e no FPPM reduzindo as Provisões Matemáticas destes fundos; Adoção do método de financiamento PUC – Crédito Unitário Projetado em substituição ao método IEN (Idade de Entrada Normal), em atendimento aos procedimentos contábeis previstos no MCASP–2022 (página 406); Adoção do Fator de Capacidade de 98,22%, como previsão de inflação futura de 4% ao ano, para melhor refletir as perdas com a reposição tardia da inflação nas remunerações e proventos.

Equilíbrio financeiro e atuarial - A SPREV avalia o Sistema Previdenciário por meio de 35 itens que aferem o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Estadual, cuja regularidade é atestada pela emissão do CRP- Certificado de Regularidade Previdenciária. Este certificado encontra-se válido até junho/22.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

Seguem as diretrizes contábeis estabelecidas nas Leis n.º 4.320/64, LC n.º 101/2000; ao que estabelece a SPREV e Secretaria do Tesouro Nacional – STN por meio do DCASP (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público); do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e PCASP (Pano de Contas Aplicado ao Setor Público) cujas orientações vêm por Portarias Conjuntas STN/SOF n.º 06/2018; STN/SPREV n.º 07/2018, PT STN n.º 877/2018; PT STN n.º 753/2012; PT MPS n.º 916/2003 atualizada pelas PT MPS n.º 1.768/2003, 66/2005 e 95/2007; 509/2013 e PT STN n.º 386/2020, que trata do PCASP para 2021. Observa, ainda, Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC -14, as normas do



Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC relativas aos Princípios de Contabilidade.

Matriz de Saldos Contábeis – MSC e encerramento de exercício cumpre a PT n.º 896/2017, alterada pela PT STN n.º 345/2018; Nota Técnica n.º 11.577/2019/ME e Anexo I da PT STN n.º 642/2019; Anexo I e o formato das informações adicionais sofreram alterações (Portaria STN n.º 925/2021) já ajustadas para envio ao SICONFI, por meio da MSC.

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI - Atualizado pela PT SEPRT/ME n.º 19.451/2020 que dispõe sobre encaminhamento de dados contábeis, orçamentários e fiscais à Secretaria de Previdência Social. A partir do exercício de 2022, o SICONFI receberá nas Matrizes de Saldos Contábeis - MSC com a codificação padronizada das fontes ou destinações de recursos. Os entes que não adotarem a padronização na execução em 2022, terão de efetuar "de-para" das codificações utilizadas para o padrão definido na MSC.

Adequações feitas neste exercício – feitas adequações às versões atualizadas das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, disponibilizadas no Portal do Tesouro Nacional, quanto ao preenchimento dos demonstrativos em consonância com a 8ª edição do MCASP e atualizações do PCASP nas classificações orçamentárias de Receitas de Despesas, conforme Manual Técnico do Orçamento – MTO/2021. Também foi feita a padronização de classificação por fonte ou destinação de recursos, definida por meio da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20, de 23 de fevereiro de 2021 e da Portaria STN n.º 710, de 25 de fevereiro de 2021.

Dados consolidados - Como parte integrante da Administração Indireta, os dados contábeis previdenciários desta Fundação foram lançados no Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI e consolidados no Balanço Geral da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas - SEFAZ, responsável pelo envio à Secretaria do Tesouro Nacional. Esses dados se constituem em fonte de informação para elaboração das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas para o exercício de 2021.



3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão atualizada	Receita Realizada	Saldo
a. Receita Correntes	1.408.340.000,00	1.560.780.062,44	1.849.732.765,46	288.952.703,02
a. Rec de Contribuições	1.320.766.000,00	1.368.707.263,59	1.650.783.765,86	282.076.502,27
b. Imp.Tx.Cont.Melhoria	39.000.000,00	40.600.000,00	51.297.595,22	10.697.595,22
Receita Patrimonial	47.251.000,00	47.251.000,00	43.194.824,94	-4.056.175,06
Outras Receitas Correntes	1.323.000,00	104.221.798,85	104.456.579,44	234.780,59
Receita de Capital	1.700.000,00	1.700.000,00	1.741.016,64	41.016,64
Total da Receita	1.410.040.000,00	1.562.480.062,44	1.851.473.782,10	288.993.719,66
c.Superávit Financeiro. Reabertura de Créditos Adicionais		504.009.985,83	465.607.738,04	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI - Demonstrativo 1.

a) Verifica-se uma arrecadação a maior no valor de R\$ 288.993.719,66, quando se confronta a receita realizada com a receita atualizada, influenciada principalmente pelas Receitas de Contribuições Previdenciárias (cota servidor e cota patronal) que representaram 20,60% acima do previsto (R\$ 1.368.707.263,59).

b) Taxa de Administração arrecadada (R\$ 51.297.595,22) para custear as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS.

c) O superávit financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais na ordem de R\$ 504 milhões permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando positivamente na execução orçamentária. Desse total, cerca de R\$ 465 milhões foram empenhados, conforme demonstrado no demonstrativo seguinte.



DESPESAS EMPENHADAS COM FONTES DE SUPERÁVIT 2021

Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	VALOR R\$
Fundo Financeiro	258.780.273,35
Fundo Previdenciário	190.697.863,63
Taxas de Administração	16.129.601,06
TOTAL	465.607.738,04

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI – Demonstrativo 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo de Dotação
Despesas Correntes	2.941.937.902,72	2.853.046.447,53	2.848.274.686,17	2.835.144.887,57	88.891.455,19
Pessoal Enc.Sociais	2.795.455.250,43	2.716.038.326,90	2.716.038.326,90	2.702.908.870,30	79.416.923,53
Outras Despesas Correntes	146.482.652,29	137.008.120,63	132.236.359,27	132.236.017,27	9.474.531,66
Despesas de Capital	5.605.000,00	2.815.765,08	2.772.409,08	2.772.409,08	2.789.234,92
Total da DESPESA	2.947.542.902,72	2.855.862.212,61	2.851.047.095,25	2.837.917.296,65	91.680.690,11

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI – Demonstrativo 3

As Despesas orçamentárias apontaram uma economia de dotação de R\$ 91.680.690,11 representada majoritariamente (R\$ 79.416.923,53) pelas Despesas com Pessoal e Encargos.

Apura-se diferença de R\$ 13.129.798,60 entre Despesas Liquidadas e Despesas Pagas, que corresponde às inscrições em Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 9.694.892,90 mais R\$ 3.434.905,70 referente às consignações a pagar.

Resultado Orçamentário – Confrontando-se o total das Receitas Realizadas (demonstrativo 1) com as Despesas Empenhadas (demonstrativo 3), apura-se déficit orçamentário no valor de R\$ 1.004.388.430,51, que corresponde à insuficiência financeira corrente das contribuições previdenciárias para o pagamento dos benefícios dos segurados do Fundo Financeiro, cuja cobertura vem do Orçamento Estadual na forma de repasse financeiro, nos termos da Lei Complementar estadual.

As Receitas e Despesas Intra-orçamentárias fazem parte do Balanço Orçamentário segundo MCASP 8º edição. Estas entradas e saídas referem-se a valores recebidos



e empenhados entre órgãos da mesma estrutura do ente federativo, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social. Abaixo, demonstra-se tão somente as movimentações de receitas e despesas entre órgãos.

RECEITAS E DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA

ANO	RECEITAS ARRECADADAS	DESPESAS EMPENHADAS
2020	2.173.500.099,69	1.113.788.069,43
2021	1.022.130.418,32	264.731.750,44

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI - Demonstrativo 4.

O saldo apresentado no Anexo II (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados) do Balanço Orçamentário no total de R\$ 7.869.499,54 Trata-se apenas de pendência contábil referente aos aposentados e pensionistas que foram suspensos de folha de pagamento, apresentando inconsistência nos Relatórios emitida pela Prodam, impossibilitando a baixa dos registros contábeis.

4. BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13.

Demonstra as Receitas e as Despesas Orçamentárias, bem como os Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o do exercício seguinte.

Foram realizadas algumas modificações na estrutura desse demonstrativo, visando torná-lo adequado à IPC – Instrução de Procedimentos Contábeis 06, que norteia a sua elaboração, apresentando:

- a) A Receita Orçamentária Realizada e a Despesa Orçamentária Executada, por fonte/destinação de recurso. A receita passou a ser identificada pelo valor líquido, e não mais pelo bruto;
- b) As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para os RPPS;
- c) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;



- d) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados apresentando a movimentação financeira referente a consignações, garantias, depósitos não judiciais, depósitos judiciais e outros valores vinculados a obrigação com terceiros.
- e) Inclusão do título Outros Recebimentos Extraorçamentários, que soma os subtítulos; Adiantamentos Concedidos; Valores em Trânsito, Investimentos; Movimentações de Fundos e Operações Intergestora e Demais Recebimentos, assim como do título Outros Pagamentos Extraorçamentários, que contempla o somatório de Adiantamentos Concedidos, Valores em Trânsito; Baixa de Investimentos;
- f) Adiantamentos Concedidos – engloba os valores de salário família e salário maternidade adiantados a servidores. Inclui, ainda, valores pagos a serem ressarcidos.
- g) Investimentos - apresentam-se a valorização e a desvalorização de títulos e fundos de investimento do RPPS.
- h) Caixa e Equivalente de Caixa – São os Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. O valor é composto por aplicações em renda fixa e renda variável. A queda abrupta na evolução dos recursos deveu-se, principalmente, à aplicabilidade da LC nº 206/2020, que criou o FPPM específico para militares e corpo de bombeiros, autorizando a transferência dos recursos provenientes das contribuições dos servidores militares do FPREV para o FTEMP, no montante de R\$ 102.898.798,85 destinado exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários dos segurados e pensionistas do FPPM e FFIN do Poder Executivo.
- i) Confrontando-se as Despesas Liquidadas R\$ 2.851.047.095,25 com as Despesas Pagas R\$ 2.837.917.296,65 obtém-se R\$ 13.129.798,60 de Inscricões dos Restos a Pagar Processados, no Balanço Orçamentário. Este valor diminui em R\$ 3.434.905,70 as retenções que já passaram pelo processo de liquidação, por isso, no Balanço Financeiro consta apenas na rubrica de Restos a Pagar um valor de R\$ 9.694.892,90 referente as consignações do exercício do exercício a repassar aos órgãos competentes.



- j) Caixa e Equivalente de Caixa - Esse grupo compreende as contas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. O valor é composto por aplicações em renda fixa e renda variável.
- k) Resultado Financeiro - O resultado financeiro de 2021 foi de R\$ R\$ 364.775.241,69 correspondente à diferença entre os saldos de 2021 e 2020 de Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

5. BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial líquida da Amazonprev, no exercício, apurada de acordo com a NBC T – 16.2 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o art.105 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e IPC 04-Instrução de Procedimentos Contábeis atualizado e disponibilizado no Portal do Tesouro Nacional, em janeiro de 2021.

ATIVO CIRCULANTE e ATIVO NÃO CIRCULANTE

CONTAS	2021 (R\$)	2020 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	5.330.841.016,17	4.977.888.835,40
a. Caixa Equivalente De Caixa	158.589.922,47	127.888.369,64
a.1 Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional	88.133.685,35	42.828.898,40
a.2 Aplicação Financeira de Liquidez Imediata Fundos Investimentos	70.456.237,12	85.059.471,24
a.3 Créditos Tributários a Receber	-	4.200.079,68
b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.555.380,84	16.121.388,76
b.1 Créditos Previdenciário a Receber no Curto Prazo	2.351.190,18	-
b.2 Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	0,60	0,60
b.3 Outros Créditos a Receber (P)	2.217.279,61	-
b.4 Alugueis a Receber	3.986.910,45	3.986.910,45
b.5 Outros Créditos A Receber E Valores A Curto Prazo – Intra	-	12.134.477,75



c. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	5.159.792.021,87	4.825.718.333,01
c.1 Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS- I	2.216.433.212,18	4.825.718.333,01
c.2 Aplicações em Segmento de Renda Variável RPPS	1.457.700.442,31	-
c.3 Aplicações do RPPS em Fundos de Investimentos	653.587.522,61	-
c.4 Aplicações do RPPS em Fundos de Investimentos Estruturados - Rpps – Plano em Capitalização	222.786.157,75	-
c.5 Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	40.560.407,77	-
c.6 Outros Investimento do RPPS	568.724.279,25	
d. Estoque	57.215,89	109.379,27
d.1 Almoxarifado/material de consumo	57.215,89	109.379,27
e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	3.846.475,10	3.851.285,04
e.1 VPD Financeira a Apropriar- Consolidação	3.659.962,26	3.659.962,26
e.2 Demais VPD a apropriar	186.512,84	191.322,78

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

a.1 Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional. Registra os valores dos recursos financeiros imediatos e disponíveis utilizados, referentes às contribuições previdenciárias ingressadas no último dia do exercício, a serem aplicadas no primeiro dia útil do exercício seguinte.

a.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Fundos destinados a saldar compromissos de curtíssimo prazo, amparadas na Política de Investimentos de 2021, com parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nº 3922/2010 e 4695/2018 do CMN e alterações.

b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo referem-se a:

b.1 . Créditos Previdenciário a Receber no Curto Prazo 2.351.190,18 contribuição servidor e patronal a Receber



b.3. Outros Créditos a Receber (P) 2.217.279,61 Créditos Receber a título de Taxas de Administração da Assembleia Legislativo (ALE/AM), conforme artigo 80 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014.

b.4. Valor do aluguel de imóveis do FPREV : SEAS: entre o Termo de confissão de dívida e o Contrato atual um montante de R\$ 3.701.988,69 referente as parcelas em aberto, sem negociação em 2021. UEA: entre o contrato anterior e o atual um montante de R\$ 284.921,76

c. Investimento a Curto Prazo – Aplicações em Fundos atrelados ao CDI, IRF-M 1 e IMA-B 5, refletindo a atualização pela marcação a mercado, nos termos da Portaria MPS nº 65/2014, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Registra também o segmento de Renda variável.

d. Estoques - Materiais destinados ao consumo da Fundação, cujo método para mensuração e avaliação das saídas é o preço médio ponderado, conforme Lei nº 4.320/64 e Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do Setor Público.

e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente, a saber:

e.1 Benefícios pagos. Aguardando relatórios da Prodam para conciliar com saídas financeiras.

e.2 Parcela em trânsito dos Títulos CVS e tarifas bancárias descontadas para posterior devolução pelo Banco.

CONTAS	2021 (R\$)	2020 (R\$)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	904.162.610,37	818.100.633,90
f. Ativo Realizável a Longo Prazo	760.692.358,41	4.722.685,06
f.1 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	752.893.210,77	-
I. Títulos de Responsabilidade do Tesouro	752.893.210,77	-
f.2 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	7.799.147,64	4.722.685,06
I. Adiantamentos De Transferências	7.799.147,64	4.722.685,06



Voluntárias – LP		
INVESTIMENTOS	134.780.022,28	806.986.242,95
g. Investimentos do RPPS de Longo Prazo	137.664.401,36	809.870.622,03
g.1 Títulos e Valores Mobiliários	69.370.966,36	748.035.296,85
I. Aplicações Em Ativos Em Enquadramento Títulos E Valores	8.712.029,37	10.448.795,60
II. Título De Responsabilidade Do Tesouro Nacional	60.658.936,99	737.586.501,25
III. (-) Redução a valor recuperável de investimentos	2.884.379,08	2.884.379,08
g.2 Aplicações em segmento de imóveis - RPPS	68.293.435,00	61.835.325,18
IMOBILIZADO	7.299.896,93	6.391.705,89
h. Bens Móveis	6.034.902,33	5.126.711,29
h.1 Máquinas aparelhos, equipamentos	1.411.082,56	1.399.836,56
h.2 Bens de Informática	2.855.796,47	1.976.086,25
h.3 Móveis e utensílios, Equipamentos Para Áudio, Vídeo E Foto	1.683.874,30	1.666.639,48
h.4 Veículos	84.149,00	84.149,00
i. Bens Imóveis	7.225.000,00	7.225.000,00
i.1 Bens de Uso Especial	7.225.000,00	7.225.000,00
j. (-) Depreciação acumulada	5.960.005,40	5.960.005,40
j.1 Depreciação acumulada - bens móveis	3.908.430,77	3.908.430,77
j.2 Depreciação acumulada – bens imóveis	2.051.574,63	2.051.574,63
k. Intangível	1.390.332,75	-
k.1 Softwares	7.042.093,68	4.869.630,00
l. (-) Amortização Acumulada	5.651.760,93	4.869.630,00
l.1 Amortização Acumulada	5.651.760,93	4.869.630,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



f. Demais Créditos e Valores a Longo a Prazo

f.1. Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Aplicações em títulos públicos – Tesouro Direto - com classificações específica neste exercício.

f.2 Adiantamento concedido em duas parcelas pagas, no exercício, por força do Contrato de Gestão nº 01/2019 firmado com a Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social – AADES para fornecimento de mão de obra, mobiliários e equipamentos.

g. Investimentos do RPPS de Longo Prazo

g.1 Títulos e Valores Mobiliários

- I. Aplicações financeiras com base na Política de Investimentos de 2021 obedecendo aos parâmetros da Resolução do Conselho Monetário Nacional e alterações, distribuídas em Notas do Tesouro Nacional, série-B, que remuneram o IPCA acrescidos de taxa de juros pré-fixados contratados em percentuais de 6,48%, e 6,59%, 6,60% e 6,90% a.a., refletindo no exercício a atualização pela marcação na curva, como preceitua a Portaria MPS nº 402/2008 e suas atualizações.
- II. Títulos e valores - CVS tipos A, B, C e D, transferidos pelo Estado do Amazonas para fins de capitalização do FPREV, nos termos do art.48 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014. Os títulos são atualizados mensalmente pela TR + taxa de juro que varia de 0,3% a 0,5% conforme o tipo.
- III. Deságio dos títulos CVS apurado na pesquisa de mercado no exercício de 2018.

g.2 Aplicações em Seguimento de Imóveis

- I. Imóveis transferidos pelo Estado para capitalização do FPREV para fazer frente aos compromissos previdenciários futuros, de acordo com o art. 48, c/c art.113 da LC nº 30/01 – texto consolidado em 29/07/2014. No exercício, os imóveis sofreram valorização, em relação ao exercício anterior, segundo laudos técnicos da SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

- h. Bens móveis** – bens de utilização geral adquiridos por meio de procedimentos licitatórios, avaliados mensalmente pelo custo de aquisição. O Decreto estadual nº 34.161, de 11 de novembro de 2013, instituiu o Sistema de Controle de



Patrimônio – AJURI como instrumento obrigatório para a gestão de bens móveis e imóveis dos órgãos integrantes do Poder Executivo.

- i. Bens Imóveis – Imóvel utilizado como sede da Fundação e imóvel tombado pelo patrimônio público, transferidos pelo Estado, classificados como bem de uso especial.
- j. Depreciação de bens móveis e imóveis calculada pelo método linear, à taxa anual de 10%, exceto para os equipamentos de informática, que têm a taxa de depreciação de 20% e para os bens imóveis, com taxa de 4% seguindo a tabela da Receita Federal.
- k. Aquisição de licenças e direitos de uso de softwares vinculados à atividade fim e meio da Fundação.
- l. Amortização - calculada pelo método linear, à taxa anual de 20% a.a. no exercício de 2021, totalmente amortizado.

PASSIVO CIRCULANTE e PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações com pessoal, benefícios e encargos sociais a pagar e com fornecedores, atendendo às orientações do Manual de Contabilidade (MCASP 8ª Edição) – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

CONTAS	2021 (R\$)	2020 (R\$)
PASSIVO CIRCULANTE	25.439.390,06	19.273.320,06
a. Obrig.Trab. Previdenciária e Assist, A Pagar A Curto Prazo	9.694.550,90	5.539.010,07
b. Fornecedores A Pagar C.Prazo	7.869.791,54	3.004.708,15
c. Provisões a Curto Prazo	3.845.860,59	2.697.014,83
c.1 Outras Provisões a curto prazo	1.802.390,96	1.607.204,69
I. Provisão de Férias e 1/3 sobre as férias	1.557.785,86	1.392.588,61
II. Encargos sociais sobre provisões	244.605,10	214.616,08
III. Obrigações legais e tributárias – fiscais e Indenizações de Pessoal	2.043.469,63	1.089.810,14
d. Demais obrigações a curto prazo	4.029.187,03	8.032.587,01
d.1 Consignações	3.747.600,75	316.114,51



d.2 Outras Garantias Contratuais	7.440,00	7.440,00
d.3 Salários/Pagamentos não reclamados	274.146,28	215.176,88
d.4 Depósitos Não Judiciais (Poderes)	-	7.493.855,62
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.114.804.219,93	5.645.052.265,00
e. Provisões a Longo Prazo	6.114.804.219,93	5.645.052.265,00
e.1 Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	6.114.804.219,93	5.645.052.265,00
I. Provisão de Benefícios Concedidos	946.273.407,63	926.326.287,18
II. Provisão de Benefícios a Conceder	3.713.646.895,88	2.032.570.728,32
III. Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário	1.454.883.916,42	2.686.155.249,50

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- a. Despesas com pessoal no valor de R\$ 9.694.550,90 na conta Salários, Remunerações e Benefícios Previdenciários. Registra folha de pagamento de pensionista e contribuição Patronal da competência de dezembro/2021.
- b. Valores referentes aos Restos a Pagar Processado e não Processado de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 7.869.449,54.
- c. **Provisões/Outras Provisões a curto prazo:** férias funcionais e de 1/3 de férias constitucionais; Encargos sociais sobre as provisões; Autos de Infração processados pela Receita Federal do Brasil, cujo recurso administrativo, com efeito suspensivo (art. 151, (inciso III, do CTN) foi julgado procedente em parte, com manutenção parcial do crédito tributário, nos termos do Acórdão nº 04-29.616-3ª Turma da DRJ/CGE.
- d. **Demais obrigações a curto prazo** – Consignatações a repassar R\$ 3.747.600,75 refere-se a IRRF da folha dos aposentados do Poder Executivo da competência de dezembro de 2021, além de valores de salários não reclamados em conciliação.
- e. **Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo** – Representam as obrigações estimadas, líquidas de contribuições a receber, dos planos geridos pela Amazonprev, incluindo os Poderes e órgãos que aderiram ao Sistema Único. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de



benefícios futuros. Os registros contábeis foram feitos conforme Relatório Nº 021/2022 apresentado pela empresa ACTUARIAL Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, de responsabilidade técnica do atuário (MIBA 1.308).

III.Resultado Atuarial Superavitário na ordem de R\$1,45 bilhões, o FPREV – Fundo Previdenciário se encontra em perfeito equilíbrio atuarial, conforme disposto no Art. 1º da Lei nº 9.717/98. Tal equilíbrio é de extrema importância, pois é uma das condições necessárias para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), conforme Inciso II do Art. 5º da Portaria MPS nº 204/08.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	2021 (R\$)	2020 (R\$)
a. Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.234.534,39	14.776.424,57
b. Resultado Acumulado do Exercício	73.525.482,16	116.887.459,67
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	116.887.459,67	617.156.347,12
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-9.676.572,74	-514.358,78
+ Resultado do Exercício	-33.685.404,77	-499.754.528,67
c. Total Patrimônio Líquido (a + b)	94.760.016,55	131.663.884,24

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- a. Registra, no exercício, Reavaliação dos imóveis na ordem de R\$ 6.458.109,82 que, somada ao exercício anterior, obtém-se o valor de R\$ 21.234.534,39 . A contabilização seguiu a Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBC T 16.10.
- b. O resultado acumulado do exercício ficou negativo em R\$ 33.685.404,77 influenciado, principalmente, pelas provisões matemáticas em cuja apuração contemplou alterações (adoção da tábua de mortalidade IBGE 2019, redução da taxa de juros de 5,45% para 4,95% e outras), além dos reflexos da aplicabilidade das LCs nºs 201/2019 e 206/2020 e os impactos da COVID-19 no Mercado Financeiro e de Capitais; O resultado do exercício anterior foi reduzido em R\$ 9.676.572,74 considerando as regularizações de despesas contabilizadas diretamente nessa rubrica. Esses valores representam a diferença entre o saldo do exercício anterior e o Resultado acumulado do exercício.



SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Diferença entre ativo financeiro R\$ 5.322.057.679,71 e o passivo financeiro de R\$ 26.408.646,83, o resultado no total de R\$ 5.295.649.032,88 para abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4.320/64, e registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de recursos, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

QUADRO “COMPENSAÇÕES” – BALANÇO PATRIMONIAL

Do lado dos Atos potenciais ativos, representa Garantias e Contragarantias Recebidas com R\$ 296.725,20, referente a convênios a receber. Do lado dos Atos Potenciais Passivos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 21.065.921,86, abrangendo contratos de fornecimento de serviços.

6. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15

Prevista no art. 104 da Lei nº 4.320/64, na Portaria STN nº 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. A DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações, a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais, pode não haver equivalência.

CONTRIBUIÇÕES	2021	2020
Contribuições Sociais – RPPS	1.081.326.715,98	1.275.171.585,78
Contribuição do Servidor	1.081.326.715,98	1.275.171.585,78
Contribuições Sociais – RPPS – Intra	1.188.859.903,34	1.576.238.575,61
Contribuições Patronais	1.188.859.903,34	1.576.238.575,61
a) TOTAL	2.270.186.619,32	2.851.410.161,39

a) Referem-se às receitas de contribuições, incluindo contribuições do segurado, patronal (intra-orçamentárias).



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2021	2020
Juros e Encargos de Mora	103.099,36	302.562,33
Aplicação Financeira	41.466.823,50	51.957.639,62
b) TOTAL	41.569.922,86	52.260.201,95

- b) Registram Outras Variações Patrimoniais Aumentativas como multas e juros de mora referente as contribuições previdenciárias pagas em atraso. Registram, ainda, a Remuneração de Aplicações Financeiras que entram como receitas orçamentárias, eis que representam a arrecadação dos rendimentos com as aplicações financeiras, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativos aos RPPS;

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2021	2020
Repasse e Sub-Repases Recebidos	221.114.462,46	188.778.293,47
Transferência Entre Contas Da Mesma UG - Recebido	774.368.963,48	1.206.934.733,05
Transferências Recebidas Para Aportes	1.355.537.039,65	330.958.624,39
Movimentação Intergestora	17.046.376,74	14.349.589,12
Demais Transferências e Delegações Recebidas	-	998.498.868,64
c) TOTAL	2.368.066.842,33	2.739.520.108,67

- c) Transferências Recebidas evidenciam movimentação financeira de resgates dos investimentos, transferências de curto prazo para longo prazo, recebimento de recursos para cobertura de insuficiência financeira – aporte.

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2021	2020
Valorização De Fundos De Investimentos Rpps	605.368.384,73	1.100.200.936,95
Valorização de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	120.463.143,33	78.255.920,77
Outros Ganhos Com Incorporação De Ativos	409.912,23	857.214,72
d) TOTAL	726.241.440,29	1.179.314.072,44

- d) Aplicação em Segmento de Renda Fixa e Renda Variável – registram valores de variações patrimoniais aumentativas – VPA decorrentes dos “ganhos” com



aplicações financeiras, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativos aos RPPS;

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020
Reversão De Provisões	1.503.390.005,62	3.276.988.515,31
Compensação Financeira Entre RGPS/RPPS	832.247,33	1.161.052,58
Indenizações E Restituições	725.533,26	460.817,34
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes De Fatos	90.472.628,17	76.024.732,00
e) TOTAL	1.595.420.414,38	3.354.635.117,23

e) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas demonstram valores das provisões matemáticas previdenciárias em longo prazo, as provisões em curto prazo como férias e 13º salário, as restituições financeiras e compensação previdenciária e taxa de administração.

PESSOAL E ENCARGOS	2021	2020
Remuneração A Pessoal Ativo Civil	25.840.887,90	21.262.409,88
Encargos Patronais	137.282.417,36	127.334.619,77
Auxílio Alimentação	1.272.716,24	836.553,00
f) TOTAL	164.396.021,50	149.433.582,65

f) Pessoal e Encargos referentes à folha de pagamento e seus encargos, assim como auxílio alimentação.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2021	2020
Aposentadorias E Reformas	1.958.240.753,76	1.879.377.092,94
Pensões	577.423.433,97	540.202.303,03
g) TOTAL	2.535.664.187,73	2.419.579.395,97

g) Benefícios Previdenciários: Aposentadorias, Pensões, incluindo décimo terceiro salário.



USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2021	2020
Uso De Material De Consumo	65.582,01	73.112,16
Serviços	15.366.263,44	9.204.892,84
Depreciação, Amortização E Exaustão	782.130,93	1.091.297,73
h) TOTAL	16.213.976,38	10.369.302,73

h) Uso de Bens, Serviços e Consumo representam registros pela competência destacando-se: o material requisitado, diárias, serviços de terceiros pessoa jurídica, depreciação de bens móveis dentre outras

DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO PASSIVO	2021	2020
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.379.065.600,08	2.323.815.295,27
Desincorporação de Ativos	2.235.268,73	2.194.607,64
i) TOTAL	1.381.300.868,81	2.326.009.902,91

i) Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação Passiva incluem as baixas de créditos a receber, da inscrição por pagamento indevido de benefícios previdenciários, dentre outros.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020
VPD de Constituição de Provisões	1.974.290.806,31	3.514.149.074,17
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	60.800.291,15	53.638.113,96
j) TOTAL	2.035.091.097,46	3.567.787.188,13

j) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - São Provisões matemáticas atuariais, provisões de curto e longo prazo, provisão de perdas judiciais, provisão para compensação financeira entre regimes previdenciários e das diversas variações patrimoniais diminutivas



RESULTADO APURADO NA DVP

Apurado Déficit Patrimonial ou Resultado do exercício negativo, na ordem de R\$ 33.685.404,77 quando se confronta as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas.

7. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Apresenta informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa, ao longo do exercício, permitindo avaliar as alternativas de investimentos e as razões que ocasionaram as mudanças da situação financeira, assim como as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e a capacidade de gerar equivalentes de caixa para uma necessidade de liquidez imediata, observando os ingressos e desembolsos ocorridos no período, apurando a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, que representa a soma dos fluxos de caixa líquida, decorrentes das operações, investimentos e financiamentos existentes.

RESULTADO APURADO

O resultado de caixa e equivalente de caixa foi positivo no montante de R\$ 364.775.241,69. Sendo R\$ 365.941.591,47 de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, deduzidos de R\$ -1.166.349,78 de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.

Flaviana Galúcio Zoumbounelos

Coordenadora da CODAC CRC n. 11086/O-0

André Luiz Nunes Zogahib

Diretor Presidente

Andreza de Souza Silva

Gerente Administrativa Financeira

Miltonir Francisco Corrêa Lima

Diretor de Administração e Finanças